manchete

Público
09-05-2020

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 31885
Temática: Justica
Dimensão: 565 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 11

Tribunal de Contas pede reforço da transparência na gestão pública

Leonete Botelho

No fim de uma semana de polémicas sobre ajustes directos, órgão do Tribunal de Contas emitiu um aviso claro ao Governo

DANIEL ROCHA

Vítor Caldeira dirige, por inerência, a Prevenção da Corrupção

O Conselho de Prevenção da Corrupção emitiu ontem uma recomendação a todas as entidades que gerem dinheiro ou patrimónios públicos para que "mantenham e reforcem os cuidados próprios de uma cultura de transparência, de ética e de integridade" durante a luta contra a pandemia de covid-19, "incluindo nas componentes de controlo e das medidas de prevenção e mitigação de riscos no âmbito das suas condutas".

A recomendação é publicada no final da semana em que foram notícia os ajustes directos feitos pelo Governo sem publicação no Portal Base nem relatório justificativo, assim como a suspeita que recaiu sobre o secretário de Estado da Juventude e Desporto por alegadamente ter feito pressão para a celebração de um desses contratos com uma empresa de um ex-sócio, noticiada pelo *Correio da Manhã*.

A recomendação do CPC, organismo do âmbito do Tribunal de Contas com o qual partilha o mesmo presidente, surge como um aviso claro deste órgão jurisdicional ao Governo. Logo no primeiro ponto, pede-se às entidades que gerem dinheiros públicos que "assegurem o controlo necessário para garantir a inexistência de conflitos de interesses, a transparência dos procedimentos de contratação pública e a integridade na execução dos contratos públicos, em especial, nas áreas da saúde e das infra-estruturas".

O segundo ponto aponta para a necessidade de mais transparência em todas as movimentações financeiras, ao pedir que se "reforcem os meios e instrumentos necessários para garantir a transparência, imparcialidade e integridade na atribuição de auxílios públicos e de prestações sociais, com o eventual recurso a plataformas de informação digital ou a portais de transparência". O Governo já prometeu que os contratos relativos aos ajustes directos seriam publicados no Portal Base até ao fim desta semana.

"Circunstância excepcional"

O CPC está também preocupado com o destino dos apoios públicos a conceder sobretudo às empresas, e por isso apela ao Governo que crie "instrumentos de monitorização e de avaliação" da aplicação dos auxílios públicos, "em obediência ao princípio da eficiência e da eficácia na aplicação de dinheiros públicos".

Pede ainda que os gestores públicos "exerçam um controlo efectivo sobre as operações de intervenção pública no sector empresarial e noutras entidades privadas beneficiárias", de forma a estarem atentos aos "sinais de alerta de risco de irregularidades" e assim garantirem a legalidade e "a correcta aplicação dos recursos" aos fins para os quais foram destinados.

O CPC começa por reconhecer os impactos da "circunstância excepcional" criada pela crise pandémica da covid-19. Os gestores públicos, lê-se na nota, "estão hoje confrontados com necessidades inadiáveis e às quais urge responder adequada e atempadamente quer no âmbito da saúde e da segurança dos cidadãos, quer nos domínios sociais e da actividade económica".

"A adopção dessas medidas implica a mobilização de avultados montantes para a aquisição de equipamentos e medicamentos hospitalares, entre outros, bem como a adopção de soluções no âmbito das prestações sociais e dos auxílios públicos às empresas e outras entidades privadas, tendo em vista o relançamento da actividade económica e assegurar a coesão social", escrevem os conselheiros do CPC.

Mas é precisamente neste contexto que consideram haver necessidade de maior reforço da ética e da transparência, pois "nestas circunstâncias não podem ser ignorados os riscos de fraude e de corrupção associados a estas intervenções".

lbotelho@publico.pt